

O bom senso em questão

EURIDES BRITO DA SILVA



Recentemente foi apresentado um intrigante trabalho sobre a formação profissional no Brasil e no Japão, no âmbito do VI Congresso Mundial de Educação Comparada. O economista Antônio Ferreira de Andrade, dentre os importantes resultados da pesquisa, apresentou a posição dos dois países em termos de desempenho na economia, no trabalho, na educação e na formação profissional. Conhecemos largamente as diferenças entre os dois países. Enquanto o Brasil dava os primeiros passos para industrializar-se, o Japão já era uma sociedade com alto nível de desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, o ensino, além de ocupar um papel central no Japão, conta com recursos de que não dispomos. Com efeito, enquanto na escala adotada para a economia, alcançávamos 32 pontos percentuais, o grande país oriental atingia noventa por cento. Ao passo que o Brasil não ultrapassava os 37 por cento no desempenho educacional, o Japão marcava 78 pontos. Entretanto, para agradável surpresa dos congressistas, o único campo em que o desempenho dos dois países se aproximava era o da formação profissional: o Brasil com 43 e o Japão com cinquenta por cento. Por que, apesar das disparidades de desenvolvimento, tal proximidade relativa nesta área?

A resposta encontra-se, não há dúvida, nos órgãos de formação profissional criados nos anos 40 no Brasil, isto é, o Senai e o Senac. Como sabemos, estas instituições alcançam alto nível de eficácia nos seus serviços, formando trabalhadores para os setores industrial, comercial e de serviços. A repercussão das mesmas ultrapassou as fronteiras do País, servindo de base a instituições congêneres de outros pontos do mundo. A ampla cooperação internacional, sobretudo no âmbito das nações em desenvolvimento, mostra que o Brasil é um país sério neste campo.

Entretanto, o que está

acontecendo? A Constituinte, que encarna o desejo popular de renovação de dias melhores, de serviços adequados às necessidades do povo, incluiu no projeto da nova Constituição dispositivo que extingue ou introduz substanciais alterações (para pior) não só no Senai e Senac, como também no Sesi e Sesc, que também vêm prestando relevantes serviços aos industriários e comerciários. Num dos seus artigos, o projeto declara que "a folha de salários é base exclusiva da Seguridade Social e sobre ela não poderá incidir qualquer outro tributo ou contribuição". Que significa isso? Que fonte de recursos desses órgãos será simplesmente suprimida, pois dependem de contribuições sobre a folha de pagamentos das empresas. Ou, então, tais recursos farão parte de um chamado Fundo Nacional de Seguridade Social, que não garante de modo algum que aquelas instituições recebam o montante necessário sequer para sobreviverem, quanto mais para elevarem o nível dos seus serviços. Em outras palavras, o Senai, Senac, Sesi e Sesc seriam estacizados.

Na qualidade de educado-

ra, sinto-me no dever de me pronunciar energeticamente contra tamanha insensatez, verdadeiro atentado ao patrimônio nacional. O Estado nem sempre tem provado ser bom gestor; ao contrário, muitas vezes se tem revelado mau administrador, que não sabe controlar os seus gastos e, repetidamente, não tem conseguido reduzir o seu déficit. Imaginemos então, como num filme de terror, o que aconteceria caso o bom-senso nacional desaparecesse de vez e a sandice de alguns conseguisse reduzir aqueles órgãos a meras repartições públicas. O número de empregos que apresentam e a quantidade de beneficiários são realmente tentadores para o populismo demagógico. Em breve, seriam criados inúmeros DAS e FAS, com as respectivas gratificações, por certo para "o bem da coisa pública". Choveriam os pedidos de empregos atendidos naturalmente às custas do dinheiro do contribuinte. Ocorreria certamente o caso de alguém condoído com o desemprego de um torneiro mecânico, cujo desempenho não atendeu à qualidade exigida pela sua profissão, que solicitaria ao seu amigo, in-

fluente assessor do Senai, uma colocação de instrutor para operário despedido. Assim, como quem não sabe, ensina, logo ele estaria ensinando errado aos garotos de quatorze anos, que aprenderiam como não se deve ser torneiro. Por outro lado, poderiam surgir logo os aproveitadores, que se proporiam a trocar os serviços sociais e de formação profissional — pagos pelo contribuinte ou pelo consumidor — por votos nas próximas eleições. Os serviços são obrigação de quem os presta, mas, como a máquina logo se tornaria emperrada, os bons moços trocariam um avanço na fila por uma dúzia de votos. Logo, logo, as instituições estariam loteadas entre partidos e facções, que competiriam entre si não para prestar maiores benefícios ao público, mas a si mesmas.

Sinceramente, espero que este cenário não passe de um projeto de filme de terror. Fica aqui um apelo de educadora para que os homens públicos se preocupem não com o que dá certo, mas com o que precisa urgentemente ser resolvido: crianças fora da escola, filhas quilométricas no Inamps, aposentadorias que levam ex-trabalhadores à miséria, jovens à procura do primeiro emprego, favelamento crescente etc., etc. Em vez de criar amplos fundos, devemos pensar na lição do Senai, Senac e congêneres, que vivem de um percentual fixo, aplicado à folha de pagamentos das empresas. Dispondo desses recursos vinculados, eles sabem aplicá-los bem. O mesmo vale para o salário-educação e para o estabelecimento de um percentual da receita de impostos a ser dedicado exclusivamente à manutenção e desenvolvimento do ensino. Estas e outras conquistas devem ser mantidas para o bem de todos. Por uma questão, pelo menos, de bom-senso.

Eurides Brito da Silva é professor da Universidade de Brasília, vice-presidente do Conselho Mundial de Educação Comparada e suplente de deputado pelo PFL do Distrito Federal.